

“Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade

Vanessa Leite¹

> vanessajleite@gmail.com

ORCID: 0000-0003-4384-2817

¹ Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM
Rio de Janeiro, Brasil

Copyright © 2019 Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Resumo: O artigo é fruto de pesquisas realizadas entre os anos de 2010 e 2018 sobre os argumentos acionados em controvérsias públicas que vêm permeando o cenário político brasileiro, suscitadas por parlamentares ligados às bancadas religiosas. A reflexão volta seu olhar para o pânico moral criado em torno do Projeto Escola sem Homofobia, chamado de “kit gay” por seus detratores, a partir de 2011. Em seguida, acompanha os intensos debates desde 2013 – com o acionamento da terminologia “ideologia de gênero” – em torno dos planos de educação no país. Mais recentemente, acompanha o processo eleitoral para a Presidência da República, no qual o “kit gay” foi um dos principais artefatos da campanha do presidente eleito. Essas controvérsias se articulam em um cenário de fortalecimento de conservadorismos, cujos pontos de interseção são o confronto de moralidades em relação ao gênero e à sexualidade e a mobilização do discurso de defesa das crianças e dos adolescentes. A hipótese, assim, é que a infância e a adolescência se tornam pontos estratégicos para refletir sobre os processos de transformação por que passa a política sexual brasileira.

Palavras-chave: controvérsias públicas; infância e adolescência; gênero e sexualidade; Escola sem Homofobia; ideologia de gênero, políticas sexuais

“In defense of the children and the family”: Reflections about the discourses of “conservative” religious actors in public controversies involving gender and sexuality

Abstract: The current article results from research carried out between 2010 and 2018 on the arguments raised in public controversies that have pervaded the Brazilian political scene in recent years, examining the discourse of “conservative” religious actors, especially parliamentarians adopting a religious rhetoric. The author scrutinizes the moral panic created around the School without Homophobia Project, dubbed by its detractors “Gay Kit”, from 2011 onwards; she then analyses the intense debates (beginning in 2013) revolving around education plans all over the country – debates in which the term “gender ideology” has been growingly used. Finally, the author examines the 2018 Brazilian presidential election, in which the “Gay Kit” was one of the main topics of the president-elect’s campaign. All such controversies, which arise in a scenario of strengthened “conservatism”, share two characteristics. First, the confrontation of different moralities related to gender and sexuality. Secondly, the discourse that depicts children and adolescents as having to be “protected”. The author then hypothesizes that childhood and adolescence have become strategic features to think over the transformation that the Brazilian sexual policy is currently going through.

Key words: public controversies; childhood and adolescence; gender and sexuality; School without Homophobia; gender ideology; sexual politics

“En defensa de los niños y la familia”: Reflexionando sobre discursos de actores religiosos “conservadores” en polémicas públicas que involucran género y sexualidad

Resumen: El artículo es el resultado de una investigación realizada entre 2010 y 2018 sobre los argumentos desencadenados en polémicas públicas que han impregnado el escenario político brasileño, originadas por parlamentarios vinculados a fracciones religiosas. La reflexión vuelve su mirada hacia el pánico moral creado alrededor del Proyecto Escuela sin Homofobia, llamado “kit gay” por sus detratores, desde 2011. Luego se acompañan los intensos debates de 2013 – con la terminología activada “Ideología de género”: en torno a los planes de educación en el país. Más recientemente, acompañó el proceso electoral para la presidencia de la República, donde el “kit gay” fue uno de los principales artefatos de la campaña del presidente electo. Esas polémicas se articulan en un escenario de fortalecimiento del conservadurismo, cuyos puntos de intersección son la confrontación de moralidades en relación con el género y la sexualidad, y la movilización del discurso de defensa de las niñas, niños y adolescentes. La hipótesis, por lo tanto, es que la infancia y la adolescencia se convierten en

puntos estratégicos para reflexionar sobre los procesos de transformación que experimenta la política sexual brasileña.

Palabras clave: polémicas públicas; infancia y adolescencia; género y sexualidad; Escuela sin homofobia; ideología de género, políticas sexuales.

“Em defesa das crianças e da família”:

Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade

O Brasil tem sido palco nos últimos anos de diferentes controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. Essas controvérsias se articulam em um cenário de fortalecimento de conservadorismos e têm como pontos de interseção o confronto de moralidades em relação ao gênero e à sexualidade e a mobilização do discurso de defesa das crianças e dos adolescentes. Como propõe Carrara (2015), podemos dizer que vivemos hoje em um terreno instável onde moralidades sexuais distintas colidem e disputam lugares de poder nas estruturas do Estado. Minha hipótese é de que a infância e a adolescência se tornam um ponto estratégico para refletir sobre os processos de transformação por que passa a política sexual¹ brasileira, já que as expressões de gênero e sexualidade juvenis têm ocupado um papel fundamental no confronto de concepções e valores em relação à sexualidade e ao gênero. E a escola e as políticas de educação têm sido lócus permanente de conflito entre ideários.

Este artigo propõe olhar para o discurso público de setores “conservadores”,² a maioria atores religiosos, especialmente parlamentares ligados às bancadas reli-

¹ Acompanho Carrara (2012) em suas reflexões sobre política sexual. O autor afirma ter incorporado às suas reflexões o conceito de política sexual, a partir das proposições de Weeks (1981). Segundo ele, “fruto do enfrentamento ou da coalizão de diferentes atores sociais ao longo de determinado período de tempo, a natureza de tais políticas é complexa, incorporando interesses distintos e refletindo simultaneamente representações e valores sociais os mais diversos: ideias científicas (sobretudo teorias biomédicas), crenças religiosas, valores morais, princípios jurídicos, posições políticas etc. Portanto, não é de se estranhar que haja inconsistências e contradições no âmbito de uma mesma política sexual, mesmo que a análise possa identificar os sentidos ou linhas de força predominantes” (2012: 184).

² O termo conservador(es) tem sido mobilizado com frequência no debate público, e uma pergunta a fazer é sobre sua real capacidade descritiva e analítica. Outra modalidade corrente de seu uso é como categoria de acusação. Como propõe Almeida (2017), “na conjuntura brasileira atual, a situação política é de persistente e reificada polarização. Conservadorismo não é algo contrário às normas democráticas, entretanto, no enquadramento do debate público há uma sobreposição – por vezes, excessiva e imprecisa – na identificação de conservadores, fascistas e fundamentalistas. Ciente disso, não parto propriamente de definições *a priori* desses termos nem da autodeclaração daqueles que se nomeiam como tais. Considero-as como categorias construídas relacionalmente no embate político, que está significativamente pautado pelos meios de comunicação mais hegemônicos. Mais especificamente, trata-se de categorias políticas de acusação que circunscrevem um conjunto relativamente variado de discursos, valores, ações e posicionamentos políticos com interesses parciais e conjunturalmente comuns”. Nesse sentido, optei por utilizar a palavra conservador(es) entre aspas no texto, quando me refiro a atores específicos, para ressaltar o caráter conjuntural e relacional dessa denominação e chamar a atenção para possíveis naturalizações e reificações no uso do termo.

gias, para refletir sobre aproximações e distanciamentos dos argumentos acionados em controvérsias públicas recentes que permearam o cenário político brasileiro. A reflexão volta seu olhar para o pânico moral criado em torno do Projeto Escola sem Homofobia, chamado de “kit gay” por seus detratores, a partir de 2011. Em seguida, acompanha os intensos debates, desde 2013 – e que se mantêm até a atualidade, com o acionamento da terminologia “ideologia de gênero” – em torno dos planos de educação no país. E, por fim, os enfrentamentos mais recentes que permearam o processo eleitoral para presidente da República em 2018.

As expressões de sexualidade e gênero infanto-juvenis tiveram muita visibilidade no período eleitoral em relação àquilo que uma matéria da Agência Pública³ chamou de “eleição do kit gay”. Foram ressuscitados materiais quando da polêmica envolvendo o Escola sem Homofobia em 2011, e o “kit gay” transformou-se em um dos principais artefatos da campanha do presidente eleito do país, Jair Bolsonaro. O próprio Bolsonaro, deputado pouco expressivo em termos de ação legislativa e mais conhecido por sua postura pitoresca e teatral, afirmou, ainda em 2017, em entrevista ao jornal *Estado de São Paulo*,⁴ que sua carreira política foi catapultada pelo que ele cunhou como “kit gay”. Acredito ser importante remontar rapidamente à história do “kit gay”.

Na esteira das ações governamentais trazidas pelo Programa Brasil sem Homofobia (Brasil, 2004), a despeito das resistências e dos limites, a perspectiva de atuar na afirmação das diversidades, inclusive as relacionadas ao gênero e à sexualidade, ganhou alguma ênfase nas políticas de educação de uma forma mais ampla na década passada. Ainda em 2004, foi criada no Ministério da Educação (MEC) a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad).⁵ A Secretaria desencadeou um conjunto de processos voltados à formação de professores nos temas de gênero, sexualidade e diversidade sexual, tendo como referências os projetos Gênero e Diversidade na Escola (GDE)⁶ e Saúde e Prevenção nas Escolas,

³ Fundada em 2011 por repórteres mulheres, a Pública é uma agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos. Matéria divulgada em 17.10.2018, intitulada “A eleição do ‘kit gay’”. Disponível em: <https://apublica.org/2018/10/a-eleicao-do-kit-gay/#link1>. [Acesso em junho de 2019].

⁴ Entrevista concedida a Marcelo Godoy e publicada em 02.04.2017. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/politica/bolsonaro-um-fantasma-ronda-o-planalto/> [Acesso em junho de 2019].

⁵ Em 2011, A Secad passa a ser denominada Secadi – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Inclusão. E em janeiro de 2019, foi extinta pelo ministro da Educação.

⁶ O curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) visava sensibilizar profissionais da educação atuantes no ensino público no que concerne às desigualdades baseadas em gênero, orientação sexual e raça/etnia no Brasil, capacitando-os/as para trabalhar transversalmente sobre estas questões no cotidiano escolar. A concepção do projeto foi da Secretaria de Políticas

este último em parceria do MEC com o Ministério da Saúde, entre outras ações pontuais desenvolvidas.

Na esteira desses projetos, a partir de articulação do MEC com o movimento LGBTI e organizações da sociedade civil, foi elaborado o Projeto Escola sem Homofobia (ESH).⁷ Em 2011, o ESH provocou forte polêmica em todo o país, amplamente divulgada pela mídia. Articulou-se um pânico moral⁸ em torno do projeto, com base na ideia que o Estado estaria financiando o “desvirtuamento das crianças”. O projeto, denominado “Kit Gay” por seus opositores, esteve no centro de um grande conflito. O material produzido pelo projeto, especialmente seus vídeos, que se tornaram públicos, e toda a discussão que o envolveu colocaram em cena personagens que podiam ser lidos como adolescentes gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais.

Em pesquisa desenvolvida anteriormente (Leite, 2014), acompanhei a trajetória do projeto. A forma como se posicionaram os múltiplos atores envolvidos

para Mulheres (SPM/PR) e do British Council, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir/PR) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ), que executou o projeto piloto no ano de 2006. A partir de 2008, o curso GDE passou a ser oferecido por universidades públicas de vários estados do país.

⁷ O Projeto Escola sem Homofobia foi planejado e executado em parceria entre a rede internacional Global Alliance for LGBT Education (Gale) e as organizações não governamentais Pathfinder do Brasil, ECOS – Comunicação em Sexualidade, Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva e ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O projeto realizou uma pesquisa intitulada “Estudo qualitativo sobre a homofobia na comunidade escolar em 11 capitais brasileiras”. O material educativo era composto por um caderno – “Escola sem Homofobia”; um conjunto de seis boletins – “BOLESHS” – Boletins Escola sem Homofobia, destinados aos estudantes, cada um abordando um assunto relacionado ao tema da sexualidade, da diversidade sexual e da homofobia; cinco audiovisuais: o vídeo *Torpedo*, que apresentava duas adolescentes que estudavam na mesma escola e que se envolviam afetivamente; o vídeo *Encontrando Bianca*, que se tornou um dos mais polêmicos, apresentava uma jovem travesti na escola; o vídeo *Probabilidade*, que apresenta um adolescente bissexual. Os outros dois, *Medo de quê?* e *Boneca na mochila* já eram vídeos antigos produzidos pela Ecos em parceria com outras instituições e não causaram muito impacto público.

⁸ Como propõe Rubin (1998), “o tipo mais importante e consequente de conflito sexual é o que Jeffrey Weeks chamou de ‘pânico moral’” (Weeks, 1981). Segundo a autora, “pânicos morais são o ‘momento político’ do sexo, em que atitudes difusas são canalizadas em ação política e, a partir disso, em mudança social. A histeria da escravidão branca dos anos 1880, as campanhas anti-homossexual dos anos 1950 e o pânico da pornografia infantil no final dos anos 1970 foram pânicos morais típicos. Devido à sexualidade nas sociedades ocidentais ser tão mistificada, as guerras sobre ela são comumente combatidas a partir de ângulos oblíquos, focadas num alvo falso, conduzidas com paixões deslocadas, e são altamente e intensamente simbólicas. [...] Os pânicos morais raramente aliviam um problema real, já que eles focam em quimeras e significantes. Eles tomam a preexistente estrutura discursiva em que se inventam vítimas para justificar o tratamento dos “vícios” como crimes”.

no processo e as decorrentes correlações de força fizeram do episódio do ESH um “estopim” para que outros projetos e temas muito vinculados a uma pauta conservadora ganhassem força no Parlamento brasileiro, ecoando na mídia e na sociedade como um todo. Acompanhar a trajetória do Projeto Escola sem Homofobia é um “passeio” por disputas de concepções, valores e projetos de sociedade. Não é possível recuperar aqui toda a trajetória da polêmica, mas destaco algumas vinhetas dessa controvérsia.

A primeira apresentação oficial dos resultados do ESH e dos materiais produzidos se deu em novembro de 2010, no Seminário “Escola sem Homofobia”, realizado no Congresso Nacional, onde o projeto nas suas diferentes dimensões foi apresentado. Durante o Seminário, o deputado Jair Bolsonaro, que se transformaria no primeiro inimigo público do projeto, soube da sua realização. A partir desse momento, o deputado começou a se referir ao ESH nos seus discursos em sessões da Câmara e, ainda no final de 2010, passaram a ser veiculadas matérias de jornal sobre o tema.

Em seu primeiro discurso sobre o Projeto ESH, Bolsonaro afirmou que teria havido uma reunião no Congresso na qual

estava presente uma plateia composta 100% de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Essa turma toda reunida tomou decisões de que esta Casa não está sabendo [...] atenção, pais de alunos de 7, 8, 9 e 10 anos da rede pública: no ano que vem, seus filhos vão receber na escola um kit intitulado Combate à Homofobia. Na verdade, é um estímulo ao homossexualismo, à promiscuidade.⁹

O deputado trouxe em sua primeira fala sobre o projeto uma perspectiva bastante utilizada durante toda a polêmica, que se renovou no processo eleitoral de 2018, de que o discurso de enfrentamento à homofobia mascarava o “aliciamento” e o desvirtuamento das crianças. Segundo ele, “esses gays e lésbicas querem que nós entubemos, como exemplo de comportamento, a sua promiscuidade [...] essa história de homofobia é uma história de cobertura para aliciar a garotada, especialmente os garotos que eles acham que têm tendências homossexuais”.¹⁰ Ou ainda, referindo-se ao movimento LGBTI, em matéria de jornal, afirmou que

⁹ O discurso do deputado na sessão da Câmara de 30.11.2010 foi acessado através do site do Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=208.4.53.O&nuQuarto=29&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:56&csgFaseSessao=PE&Data=30/11/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ> [Acesso em junho de 2019].

¹⁰ Idem.

cada um faz o que quiser com o seu corpinho cabeludo. Não tenho nada contra isso. É problema deles. O que eles têm para me oferecer não me interessa. Agora, não quero que grupo gay crie com o MEC currículo de escola para o primeiro grau [...] estão criando cota para homossexuais. Nossos filhos agora terão que ser gays para ter esse direito? Alguém vai ter orgulho de ter um filho gay?¹¹

Naquele momento, fevereiro de 2011, outro ator surgiu no cenário, o então senador evangélico Magno Malta (PR-ES), que integrava a autodenominada “Frente da Família” e presidia a CPI da pedofilia. O senador argumentou em matéria de jornal que “a aprovação do projeto implicaria a legalização da pedofilia, do sadomasoquismo e da bestialidade”.¹² Chegamos então ao ápice da mobilização pública em relação ao projeto, o mês de maio de 2011. O que até então, pelo menos publicamente em relação ao Parlamento, era uma ação isolada de Bolsonaro, com apoio de Magno Malta e aparições esparsas de outros parlamentares, torna-se uma “bandeira” da Bancada Evangélica no Congresso.¹³

Progressivamente novos parlamentares surgiram no cenário da polêmica do ESH, como o deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), porta-voz da *força evangélica*. Em discurso no plenário da Câmara, Garotinho, com o apoio de outros deputados, afirmou *que* “esses livros ensinam inclusive a fazer sexo anal [...] não se vota nada enquanto não se recolher esse absurdo”.¹⁴ O então ministro da Educação, Fernando Haddad, se reuniu com lideranças da bancada religiosa e, segundo

¹¹ Matéria intitulada “Bolsonaro diz que está se ‘lixando’ para o movimento gay, após polêmica entrevista na TV”, publicada em *O Globo* em 30.03.2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-que-esta-se-lixando-para-movimento-gay-apos-polemica-entrevista-na-tv-2803402> [Acesso em junho de 2019].

¹² Matéria intitulada “Do senador Magno Malta, sobre o projeto contra a homofobia: “Querem legalizar a pedofilia, o sado-masoquismo”, publicada no site IG em 26.02.2011. Disponível em: <http://colunistas.ig.com.br/poderonline/2011/02/26/do-senador-magno-malta-sobre-o-projeto-contr-a-homofobia-querem-legalizar-a-pedofilia-o-sado-masoquismo/> [Acesso em junho de 2019].

¹³ A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional foi criada em 2003. Integram a bancada os parlamentares que se declaram evangélicos ou se alinham ao grupo na votação de temas ligados à religião e aos costumes, além dos que ocupam cargos nas estruturas das instituições religiosas, como bispos, pastores, missionários e sacerdotes, e os cantores de música gospel. Segundo levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), com base nos dados disponíveis no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as urnas em 2018 reforçaram a bancada evangélica no Congresso Nacional. O grupo que tinha 78 integrantes passou a contar com 91 congressistas na nova legislatura.

¹⁴ Matéria intitulada “Bancada evangélica diz que não vota ‘nada’ até esclarecer ‘kit gay’”, publicada na *Folha de São Paulo* em 17.05.2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/917220-bancada-evangelica-diz-que-nao-vota-nada-ate-esclarecer-kit-gay.shtml> [Acesso em junho de 2019].

seus interlocutores, teria assumido o compromisso de que as bancadas evangélica, católica e a “Frente de Defesa da Família” poderiam discutir o “kit”. Naquele momento, o deputado João Campos (PSDB-GO), presidente da Frente Parlamentar Evangélica, afirmou que o material “era um incentivo à prática do homossexualismo” e que proporia uma CPI para o Ministério da Educação, em função, entre outros fatores, da “produção de material para induzir nossos filhos, utilizando a rede pública, a serem homossexuais”.¹⁵

Não podemos esquecer que essas falas são a ponta mais visível de amplos setores de nossa sociedade que, mais ou menos abertamente, pactuam com os valores que estão na base desses discursos, valores estes que estão entranhados em nossa cultura há muito tempo. No dia 25 de maio de 2011, a presidenta Dilma suspendeu o Escola sem Homofobia. Com a suspensão do projeto, quando ele já havia ganhado lugar de “tema nacional”, várias instituições e diferentes atores se posicionaram em relação à decisão do governo. O ESH ficou em evidência durante os meses seguintes e diferentes posicionamentos foram amplamente publicizados na mídia. Em 2012, quando Fernando Haddad tornou-se candidato a prefeito de São Paulo, o projeto voltou à baila como instrumento de ataque ao candidato.

Seguindo as polêmicas, entre 2013 e 2014, a pesquisa acompanhou os embates em torno do Plano Nacional de Educação e dos planos estaduais e municipais, dos quais as expressões “gênero” e “orientação sexual” foram retiradas de seus textos, em meio a batalhas quase corporais nas casas legislativas do país. E foi nesse período que começamos a assistir ao acionamento da terminologia “ideologia de gênero”. Vários autores têm refletido e debatido desde a gênese deste sintagma até o seu espraiamento por vários países e partes do mundo e diferentes formas de acionamento (Corrêa, 2018; Rodrigues & Facchini, 2018; Amaya, 2017; Cornejo-Valle & Pichardo, 2017; Junqueira, 2017; Kuhar & Paternotte, 2017; Miskolsci & Campana, 2017; Serrano, 2017; Viveros & Rondon, 2017).

É importante estarmos atentos para o fato de que essa ofensiva conservadora que verificamos no país, envolvendo especialmente questões ligadas a gênero e sexualidade, mas não só, se trata de um fenômeno transnacional, embora se desenvolva com certas características em cada contexto nacional. Como ressalta Biroli,

o questionamento dos ideários fundados em noções de direitos humanos e sociais que informaram as lutas recentes pela reconfiguração de direitos ul-

¹⁵ Matéria intitulada “Em protesto contra ‘kit gay’, bancada evangélica mira Palocci”. publicada na *Folha de São Paulo* em 24.05.2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/920455-em-protesto-contrakit-gay-bancada-evangelica-mira-palocci.shtml> [Acesso em junho de 2019].

trapassam o Brasil e mesmo a América Latina. A reação conservadora tem elementos transnacionais, não apenas porque a Igreja Católica tem capitaneado a ofensiva contra a agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual, mas também porque a insegurança decorrente da fragilização dos sistemas conhecidos de proteção parece abrir oportunidades para que, mais uma vez, se convoque “a família” contra o fantasma da subversão moral (2018: 87).

Os temas, as articulações e inclusive os discursos que dão base a essa ofensiva são bastante parecidos em diferentes partes do mundo. A equidade de gênero, o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e leis e políticas voltadas à educação em sexualidade nas escolas, com matizes específicos, são temas que têm unido amplos setores conservadores em diferentes países, onde assistimos a reações públicas que fomentam um pânico moral que agrega legiões de pessoas em defesa da família, da heterossexualidade e contra um pretense desvirtuamento das crianças e dos adolescentes.

Um aspecto importante para a reflexão é o fato de que esse reacionarismo se articula com interesses econômicos e políticos. Não terei como aprofundar essa discussão neste artigo, mas o conservadorismo moral mobilizado tem relação estreita com um projeto político de Estado mínimo, de desmonte das universidades públicas e da educação pública em todos os seus níveis, de ataques constantes aos sistemas públicos de saúde, de perda de direitos trabalhistas, enfim, de direitos sociais de forma mais ampla. Articulado a isso, vemos a criminalização dos movimentos sociais, o fortalecimento do militarismo e a ocupação crescente do campo político institucional por setores religiosos. E o que observamos na América Latina é que essa reação se fortalece a partir da oposição a governos de centro-esquerda (Miguel & Biroli, 2017; Biroli, 2018).

A cruzada moral se articula a um projeto de sociedade que não tem a garantia de direitos humanos no seu horizonte. Ou melhor, que redefine a noção de direitos humanos construída desde a Constituição de 1988, a Constituição Cidadã. Posição oposta aos esforços levados a cabo nos anos 1990 e na primeira década dos anos 2000, quando o enfrentamento de questões ligadas a desigualdades e discriminações eram entendidas como responsabilidade do Estado e se vivenciou o fortalecimento da agenda ligada a direitos das mulheres, de crianças e adolescentes, da população LGBTI, entre outros segmentos sociais.

Vivemos um momento histórico em que há uma menor aceitação dos procedimentos democráticos e a agenda neoliberal se fortalece também no âmbito dos costumes, articulando-se com agenda conservadora, que não é só religiosa (Brown, 2006; Almeida & Toniol, 2018). Vemos hoje crescer a reação a 30 anos de investimento e fortalecimento das lutas e da construção de políticas públicas espe-

cíficas, da garantia de direitos das mulheres, da população LGBTI, mas também dos quilombolas e da população indígena.

Ao olharmos em particular para as questões ligadas a gênero e sexualidade, identificamos que a partir da Constituição de 1988 tornou-se possível que gênero, sexualidade e reprodução se instituíssem como campo de exercício de direitos. Carrara e Vianna (2008) apontam que, no processo de democratização vivido no país na década de 1980, assim como em outros países latino-americanos, a luta pelo restabelecimento dos direitos políticos clássicos (voto, livre expressão política, liberdade de associação etc.) conjugou-se com uma agenda de direitos humanos mais ampla. Nesse sentido, os autores ressaltam que

para tal processo convergiram não apenas as forças de esquerda, afastadas pelo regime militar, mas também a ação de novos atores políticos que, ao longo dos anos de ditadura, organizaram-se em torno das problemáticas do gênero e da sexualidade. Desse modo, foram também trazidos à tona os direitos reprodutivos de mulheres e os direitos sexuais de diferentes minorias sexuais (2008: 334).¹⁶

Se a atual população LGBTI (naquele momento, subsumida indiferenciadamente na categoria “homossexuais”) pode ser considerada os “órfãos da Constituição”, como propõem os autores, em função de a orientação sexual e a identidade de gênero não terem sido incluídas entre as diversas situações de discriminação a serem combatidas pelos poderes públicos – algo só conquistado em 2019 via Judiciário – a ambiência política de afirmação dos direitos humanos e a movimentação política pós-1988 possibilitaram que a sexualidade e o gênero também comesçassem a ser publicamente entendidos como campo legítimo de exercício de direitos.

O que vivemos no Brasil estava articulado à esfera de afirmação de direitos humanos no plano internacional, inclusive os direitos sexuais e os direitos reprodutivos. Como afirma Petchesky (1999), antes de 1993, a sexualidade e suas manifestações estiveram ausentes do discurso internacional sobre direitos humanos. Nesse sentido, a II Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena, em 1993, teve papel fundamental, pois introduziu o “sexual” na linguagem dos direitos humanos, mas ele surgiu ligado à violação de direitos. Na Conferência Mundial sobre

¹⁶ Esse processo estava articulado à emergência no cenário político dos direitos humanos de *novos direitos* e de *novos sujeitos de direitos*, com base em processo denominado de especificação dos direitos humanos (Bobbio, 1992). Uma universalidade na atribuição e no eventual gozo dos direitos de liberdade não valeria para os direitos sociais, e nem mesmo para os direitos políticos, diante dos quais os indivíduos são iguais só genericamente, mas não especificamente. Essa especificação ocorreu em relação ao gênero, ou às várias fases da vida, ou ainda às diferenças de forma mais ampla.

População e Desenvolvimento do Cairo, em 1994, foi que a sexualidade, na expressão “saúde sexual”, apareceu como algo positivo, não necessariamente ligada à violência. A partir dessa Conferência, no espaço político dos direitos humanos, a sexualidade – pelo menos na sua dimensão reprodutiva – emergiu permeada por uma valoração positiva ligada à ideia de liberdade, ao se constituir como um direito. As questões de sexualidade no contexto dos direitos humanos partiram assim da ideia de *direitos reprodutivos* e possibilitaram a construção da ideia de *direitos sexuais*, que atravessou as discussões na IV Conferência Mundial da Mulher, em 1995. Em paralelo, ainda no contexto das Conferências Internacionais de Cairo e Pequim, setores ligados ao Vaticano começaram a articulação da malfadada “ideologia de gênero”, que se espalhou por toda parte (Correa, 2018; Corrêa, Paternotte & Kuar, 2018).

No Brasil, o confronto com a “ideologia de gênero” apareceu nos debates em torno do Plano Nacional de Educação, em 2013. Os setores “conservadores” assumiram uma estratégia de apropriação de termos dos estudos de gênero e dos movimentos feministas, alterando seu sentido. A perspectiva de gênero, que vem dando base para toda a construção de um campo de estudos e produção de conhecimento, é vulgarizada e tratada como ideologia. Tendo como base uma perspectiva biológica reducionista do binarismo de gênero e articulado a uma hierarquização das orientações sexuais, o ideário da “ideologia de gênero” tem sido utilizado para defender a manutenção de uma ordem hierárquica e desigual entre as pessoas em nome da defesa das crianças e dos jovens.

Verificamos que muitos dos argumentos utilizados na polêmica do ESH são novamente acionados nos embates em relação aos planos de educação e muitos dos atores que protagonizaram a derrubada do ESH estiveram à frente dessa nova controvérsia. Há a continuidade da argumentação sobre a existência de uma orquestração gay e feminista que defende a sexualização das crianças, o estímulo à homossexualidade e a destruição da família. A articulação de tais pânico morais fortalece uma ideia de que o Estado estaria apoiando e financiando o “desvirtuamento” das crianças. Assim, esses discursos deixam de ter uma base mais religiosa, como foram claramente ancoradas as discussões no caso do ESH, e assumem uma pretensão científica.

A presença de uma “infância” a ser protegida marca a força do acionamento da categoria “pedofilia” ao longo do percurso das polêmicas aqui abordadas. Praticamente todos os opositores do projeto ESH no Congresso Nacional, que são os mesmos atores que trabalham contra o conjunto de proposições no Legislativo ligadas aos direitos LGBTI, utilizaram a imagem da criança indefesa, “presa fácil dos pedófilos”. Os discursos dos oponentes do projeto ESH e que denunciam a “ideologia de gênero” reforçam uma perspectiva, como afirmado, de que o preten-

so enfrentamento da homofobia mascara um “aliciamento”, um desvirtuamento das crianças. Essa estratégia aposta na construção de uma polarização entre os defensores dos direitos das crianças e dos adolescentes e os defensores dos direitos LGBTI e também dos direitos das mulheres. Um exemplo concreto disto é a figura de Magno Malta, bastião da defesa das crianças e da família, principal mobilizador da chamada CPI da pedofilia (Lowenkron, 2013) e histórico opositor das ações voltadas à afirmação dos direitos LGBTI no Congresso Nacional.

O tema do enfrentamento da pedofilia surgiu durante as polêmicas completamente articulado com um discurso de “defesa da família”. Os oponentes do projeto ESH, ao *declararem guerra* ao material que desvirtuaria as crianças, o faziam “em nome da família brasileira”, como se essa família fosse um ente único e estável. Ora a família brasileira, tão defendida por vozes conservadoras e religiosas é a “verdadeira família”, ora ela é esse ente superior a ser sacralizado. Um aspecto fundamental nas polêmicas é a utilização da ideia de “defesa da família e dos bons costumes” em polarização com o ataque aos “homossexuais pedófilos”.

Articulado com esses embates, se deu o crescimento do movimento Escola sem Partido,¹⁷ que busca despolitizar o cotidiano escolar em nome de uma pretensa “neutralidade do papel da escola”. Há várias proposições legislativas tramitando para aprovação em lei do programa Escola sem Partido, capitaneadas por bancadas religiosas. O Escola sem Partido, que teve seu início a partir de um discurso de enfrentamento de uma “doutrinação comunista” nas escolas, ganha espaço na sociedade quando se liga a setores religiosos e encampa a cruzada contra a “ideologia de gênero” (Miguel, 2016).

A essas iniciativas se agregam outras, como o debate em torno do Estatuto da Família, o engavetamento do projeto de criminalização da homofobia, a retomada da proposição de “cura gay”, o esvaziamento da discussão sobre descriminalização do aborto, entre outras ações de setores “conservadores” que atuam de forma bastante coordenada nos Legislativos nacional, estaduais e municipais e se ligam a setores religiosos, mas não só, na sociedade como um todo. Tais processos, deflagrados pelas Casas Legislativas, têm rebatimentos difíceis de lidar na gestão cotidiana das escolas. Produzem-se situações insustentáveis envolvendo pais denunciando e

¹⁷ Segundo Miguel (2016), o Movimento Escola sem Partido se apresenta “como uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior. Fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, o MESP permaneceu na obscuridade até o início da década de 2010, quando passou a ser uma voz frequente nos debates sobre educação no Brasil. Seu programa foi abraçado por todos os grupos de direita do Brasil. É o idealizador de projetos de lei que tramitam em todo o Brasil, nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, e também no Congresso Nacional” (: 595).

processando professores, embates entre grupos e muitos enfrentamentos em que educadores têm sido colocados em suspeição em diferentes contextos.¹⁸

No contexto do processo eleitoral do ano de 2018 no Brasil, observamos que milhares de pessoas receberam no período correntes e conteúdos compartilhados, via aplicativos de mensagens, em grupos de whatsapp de família, de amigos e das igrejas que frequentam, alertando sobre a distribuição do “kit gay” nas escolas ou de outras “tentativas de doutrinação de gênero” no ensino. Tais conteúdos eram associados ao Partido dos Trabalhadores e ao seu candidato a presidente, Fernando Haddad, e impulsionaram a campanha política de Jair Bolsonaro (PSL), que reiteradamente, ao longo da campanha eleitoral, se referiu ao “kit” nas suas próprias redes sociais. Conteúdos postados por Bolsonaro e seu filho Carlos Bolsonaro, vereador no Rio de Janeiro, foram alvos de decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que determinou a retirada de vários vídeos que vinculavam a gestão de Haddad no MEC com a distribuição de livros sobre sexualidade nas escolas. Além do “kit gay”, os conteúdos viralizados através de aplicativos de mensagens e outras redes sociais diziam que as meninas seriam obrigadas a beijar outras meninas, que Haddad iria fechar as igrejas, que iria obrigar as escolas a ensinar que todos são gays, tudo culpa da “ideologia de gênero”. A partir da coleta de abundante material utilizado na campanha eleitoral, tenho buscado refletir sobre o significado do ressuscitamento do “kit gay” nesse contexto.

Em matéria jornalística com articuladores de páginas e movimentações pró-Bolsonaro, o administrador da página Jair Bolsonaro Presidente 2018, membro do PSL em um município da região metropolitana de São Paulo, afirma que uma das maiores críticas a Haddad era o “reforço da ‘ideologia de gênero’: a criação de bolsas para que transexuais da cidade voltassem a estudar e outras medidas em prol da comunidade LGBT”. Segundo esse militante cristão, as postagens sobre o que chama de “bolsa travesti” fizeram sucesso porque revelam a falta de prioridades do ex-prefeito, que tiraria dinheiro “de áreas essenciais para trabalhar com a bandeira LGBT”. De acordo com o administrador da página, outro argumento forte teria sido o do “kit gay”. Em suas palavras, “um dos casos em que as pessoas

¹⁸ Uma referência na divulgação de materiais e mobilização em torno do Escola sem Partido é o movimento “Professores contra o Escola sem Partido”, que mantém um blog e uma página no Facebook. Segundo o blog, “Professores contra o Escola Sem Partido começou como uma página no Facebook de reunião e divulgação de notícias relativas aos avanços do movimento de mesmo nome, “Escola Sem Partido”, criado em 2004 por um advogado chamado Miguel Nagib. Somos um grupo de estudantes e professores que se opõem aos projetos de lei incentivados por este movimento que tramitam em várias casas legislativas do país. Para combater este retrocesso buscamos na página e neste blog informar e produzir conteúdo de análise e reflexão sobre o crescimento e organização do ESP, visando fundamentar nossos argumentos para desconstruir o apoio que eles conquistaram nos últimos anos.”

têm mais medo é quando atacam sua prole. Tentamos lembrar como Haddad pode ser prejudicial às crianças”.¹⁹

A administradora do grupo Mulheres com Bolsonaro, que surgiu em resposta à campanha do #EleNão – de oposição a Bolsonaro e que tinha mais de 1 milhão de membros – disse que

a família é ponto-chave para convencer as brasileiras. É falar do futuro dos nossos filhos, mandar mensagens como mãe, esposa e mulher, batalhando pela família, que é tudo. Vamos lutar por uma escola que ensine os valores reais e não sexo.²⁰

A evidência de um discurso que entranha e estimula um forte ataque às feministas e às “mulheres de esquerda” reforça uma importante discussão desenvolvida por Correa (2018a, 2018b) sobre o lugar estratégico do ataque ao feminismo nas batalhas antigênero.

Segundo pesquisa da plataforma de checagem Aos Fatos, um grupo de jornalistas que verifica diariamente o discurso de políticos e das mídias sociais,²¹ das cinco informações falsas – as denominadas *fake news* – mais difundidas através de redes sociais em favor do presidente eleito, duas se remetiam às crianças. São elas: a que afirma a existência de um suposto “kit gay” que teria sido distribuído para crianças de 6 anos nas escolas, incluído aqui o episódio da “mamadeira de piroca”,²² e a que afirmava que se Haddad chegasse ao poder, legalizaria a pedofilia.²³

¹⁹ Matéria de Felipe Souza e Ingrid Fagundez da BBC News Brasil em São Paulo, intitulada “Eleições 2018: Haddad vai à igreja e Bolsonaro abraça Nordeste, as novas estratégias da reta final nas redes”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45831565> [Acesso em junho de 2019].

²⁰ Idem.

²¹ <https://aosfatos.org/>

²² Em um vídeo publicado por um usuário do Facebook, no dia 25.09.2018, o autor da gravação mostra uma mamadeira com bico de borracha em formato de pênis e diz que o objeto é “distribuído em creche, para seu filho, com a desculpa de combater a homofobia”. Ele ainda afirma que se trata de “parte do kit gay, uma invenção de Haddad”, em referência ao candidato à Presidência pelo PT, Fernando Haddad. A publicação original do vídeo no Facebook teve 2,4 milhões de visualizações e 71 mil compartilhamentos entre os dias 25 e 27.09. O vídeo foi suspenso por decisão liminar em 3.09 de um perfil do Facebook, mas continuou sendo reproduzido em outro perfil que só teve suspensão autorizada em 04.10, tendo atingido, neste segundo, 4,9 milhões de visualizações e 96 mil compartilhamentos. Há várias matérias sobre o caso. Como exemplo: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/mamadeiras-eroticas-nao-foram-distribuidas-em-creches-pelo-pt/>; <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/10/mamadeira-erotica-de-haddad-fake-news.html> [Acesso em junho de 2019].

²³ Matéria de Almudena Barragán Gaspar para El País, intitulada “Cinco ‘fake news’ que bene-

Em outubro de 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente do país com massivo apoio do eleitorado cristão. Seu primeiro discurso oficial foi recheado de acessórios religiosos, como referências à Bíblia, e a palavra *Deus* foi evocada várias vezes. Um dos dois pronunciamentos que fez no dia de sua vitória foi precedido por uma oração feita pelo pastor e senador em fim de mandato Magno Malta, e cuja assessora de muitos anos, Damares Alves, tornar-se-ia ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do novo governo.

Há anos Bolsonaro vem construindo uma sólida articulação com segmentos evangélicos “conservadores”, bloco religioso em maior expansão no país. Outro parceiro nessa trajetória é o pastor Silas Malafaia. A “amizade” dos dois, de acordo com entrevista de Malafaia, começou por volta de 2006, ano em que iniciou a tramitação de um projeto de lei que, segundo ele, “horrorizou a bancada evangélica no Congresso”, o PL 122, que criminalizava a homofobia. Pastores temiam processos caso pregassem “contra o casamento gay”²⁴ se o texto fosse aprovado. E, como vimos, em 2010 a relação com os evangélicos se estreitou poderosamente após Bolsonaro se promover como liderança contra o que ele denominou de “kit gay”. Naquele ano, ele integrava a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara e, ao debater o projeto que ficou conhecido como Lei da Palmada, declarou: “Se o filho começa a ficar, assim, meio gayzinho, leva um couro e muda o comportamento”,²⁵ enquanto dizia representar os defensores das crianças e dos adolescentes.

Cresceu nos meios evangélicos a ideia de que os adversários estariam tentando destruir a “família tradicional” e o PT se valeria de livros didáticos para difundir marxismo e ideologia de gênero. Em forte articulação com o movimento Escola sem Partido, o presidente eleito e seus apoiadores têm estimulado que estudantes gravem seus professores e os denunciem por “doutrinação esquerdista”. Um aspecto interessante a ser refletido é que as mesmas crianças e adolescentes que seriam incapazes de reagir a um processo de “sexualização precoce”, as mesmas “vítimas da ideologia de gênero” são aqueles e aquelas que estão sendo estimulados a serem agentes, protagonistas na denúncia de seus “professores doutrinadores”. Se, por um lado, eles são tomados como puro objeto de violação e controle, de outro, po-

ficiaram a candidatura de Bolsonaro: na reta final da campanha presidencial, boatos sobre os adversários do ultradireitista aumentaram nas redes sociais”. Disponível em: https://brasil.el-pais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html [Acesso em junho de 2019].

²⁴ Matéria de Anna Virginia Balloussier, publicada na *Folha de São Paulo* em 30.10.2018, intitulada “Católico, Bolsonaro investe em pauta evangélica e domina segmento: querido no bloco religioso, deputado se batizou em 2016 já de olho em candidatura. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2018/10/catolico-bolsonaro-investe-em-pauta-evangelica-e-domina-segmento.shtml?fbclid=IwAR35Lwx> [Acesso em junho de 2019].

²⁵ Idem.

dem ser sujeitos na mudança da ação educativa voltada a eles. Esse paradoxo nos traz uma reflexão sobre o estatuto de sujeito da população infanto-juvenil.

O discurso dos direitos humanos foi fundamental para a afirmação do campo de garantia dos direitos de crianças e adolescentes, pois sua conformação se deu a partir do impacto de um ideário dos direitos humanos – que se fortalecia internacionalmente – no que poderíamos denominar de um “campo da menoridade”²⁶ no Brasil. Com a mudança do marco legal brasileiro e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA,²⁷ construiu-se um novo paradigma para o direito infanto-juvenil. Crianças e adolescentes deixam de ser objeto de proteção assistencial e passam a titulares de direitos. O Estatuto está ligado a um novo projeto de sociedade, calcado na garantia dos direitos humanos, e demanda a construção de uma nova relação do mundo adulto com a infância e a adolescência, visto que a sociedade brasileira foi historicamente autoritária e tutelar com as crianças.

Enfrenta-se um conjunto de mudanças e desafios ao se ter que lidar com as novas concepções que o marco legal impôs à sociedade. Os desafios impressos nessas mudanças dizem respeito fundamentalmente à necessidade de reflexão acerca dos valores e das concepções construídos historicamente em nosso país em relação à infância e à juventude e que se traduzem em políticas e programas de atendimento a esta categoria social. Passados quase trinta anos após a mudança do marco legal, ainda assistimos a um intenso embate de diferentes concepções em relação ao trato com o público infanto-juvenil. Postulo que lidar com as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos é apostar na construção de uma agenda positiva em relação ao conjunto de aspectos de sua existência, inclusive o gênero e a sexualidade.

Assim como em relação à sexualidade, que passa por um processo de trans-

²⁶ A Convenção Internacional dos Direitos da Criança foi aprovada em 1989 pela Assembleia-Geral da ONU. O novo instrumento internacional de direitos humanos colocou na irregularidade a doutrina da “situação irregular”, pano de fundo de todas as políticas jurídicas e socioeducacionais vigentes no Brasil e em toda a América Latina desde a promulgação, pela Argentina, em 1919, da primeira legislação de menores da região. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990, superou legalmente o modelo da doutrina da “situação irregular”, substituindo-o pelo paradigma da “proteção integral”, abrangendo todas as crianças e adolescentes (Pinheiro, 2006).

²⁷ Na efervescência do processo de democratização da sociedade brasileira, construiu-se uma grande aliança de setores da sociedade civil e política em torno da problemática das crianças e dos adolescentes no Brasil. Articulava-se o Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que contou com o envolvimento de diferentes atores sociais. Essa grande frente foi se conformando como um movimento que construiu estratégias de sensibilização da opinião pública, denunciando prisões ilegais, torturas, assassinatos, toda sorte de violação de direitos da população infanto-juvenil pobre no país. A mobilização se fortaleceu no período constituinte e teve seu primeiro êxito ao conquistar o reconhecimento dos direitos sociais básicos, não mais dos *menores*, mas de todas as crianças e adolescentes brasileiros, independente de classe social ou raça, no texto constitucional de 1988, através dos artigos 227 e 228.

formação em que, como propõe Carrara (2015), os direitos sexuais seriam um símbolo de um novo regime da sexualidade, o novo paradigma das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos também marca uma ruptura em relação à forma como foram entendidos e tratados hegemonicamente na sociedade. A partir dessas ideias, proponho que a articulação entre infância e adolescência e diversidade sexual e de gênero seja um lugar estratégico para abordar um processo de transformação social no qual os jovens ocupariam lugar privilegiado, e onde se explicita mais claramente o confronto entre uma moralidade baseada na família, na reprodução e na heterossexualidade e uma nova moralidade baseada no consentimento e no ideário dos direitos sexuais.

Esse processo nos convida e nos proporciona um sem-número de reflexões. O que leva amplos setores da sociedade a ficarem aterrorizados com a possibilidade de a escola trabalhar com as temáticas de gênero e sexualidade, como se elas já não estivessem lá cotidianamente? Por que as expressões de gênero e sexualidade na infância e na adolescência perturbam tanto? Como um discurso tão inverossímil quanto o da “mamadeira de piroca” nas creches pode atingir um público tão vasto? Precisamos, claro, estar atentos ao poder de mobilização emotiva dos pânicos morais, e especialmente dos pânicos sexuais. Contudo, tenho me dedicado nessa última década, quando retornei à universidade após muitos anos de trabalho em instituições que atuavam com crianças, adolescentes e jovens, à reflexão sobre as dificuldades também no campo dos direitos humanos de lidar com os experimentos sexuais e de gênero infanto-juvenis.

Um ponto-chave nesse processo é que a reflexão acerca das múltiplas expressões da sexualidade e do gênero como arenas de exercício de direitos não está presente no conjunto de espaços de intervenção junto aos adolescentes ou na esfera pública em que se encontram os diferentes atores sociais comprometidos com a afirmação dos direitos humanos. A sexualidade e as expressões de gênero infanto-juvenis são hegemonicamente tratadas segundo a perspectiva do risco e não a do direito (Leite, 2013) – não apenas pelos setores ditos conservadores.

Quando da polêmica do Escola sem Homofobia em 2011, um aspecto que salientei naquele momento foi o de que seus opositores focavam a crítica na possibilidade de “ser gay” na adolescência, daí a alcunha pejorativa “kit gay”. Contudo, dado o temor dos movimentos ligados à afirmação da cidadania LGBTI de lidar com o tema da adolescência, os discursos destacavam a importância do enfrentamento da homofobia e não a defesa da possibilidade de “ser gay” na adolescência/juventude. A aposta hegemônica dos defensores do projeto foi de acionamento do discurso de enfrentamento da violência – “precisamos proteger ‘nossas crianças’ da homofobia”. Entretanto, é extremamente tímida em relação à afirmação da diversidade sexual e de gênero na adolescência – as crianças e os adolescentes têm o

direito de exercer múltiplas expressões de sexualidade e de gênero.

A reflexão acerca da utilização da violência como recurso para amenizar enfrentamentos entre atores e grupos que têm concepções bastante diferenciadas em relação à sexualidade é uma “chave” importante, e pode ser articulada a um processo de vitimização bastante presente no campo dos direitos humanos.²⁸ O debate em torno da violação está entre os desafios colocados para aqueles que pretendem contribuir com uma delimitação mais clara dos conteúdos dos direitos sexuais e da livre expressão de gênero, pois está relacionado à tensão teórica e política entre as ênfases em objetificação e vitimização, por um lado, e prazer, recriação e agência, por outro (Correa, 2009).

A categoria *homofobia* se torna o conceito-chave de políticas públicas voltadas à população LGBTI a partir do programa “Brasil sem Homofobia”. Uma reflexão que se impõe diz respeito às razões de a homofobia, e não a garantia de direitos, passar a ser a “chave” para a elaboração de políticas para a população LGBTI. Vale refletir sobre o quanto a estratégia do movimento LGBTI e também do governo esteve baseada principalmente em uma imagem focada na vitimização da população LGBTI e no rendimento político e social que essa imagem possibilitava.²⁹ Uma frase de uma das primeiras matérias jornalísticas sobre o Projeto ESH explicita essa tensão. Ao afirmar que o projeto abordaria o “universo de adolescentes homossexuais”, a matéria ressalta que “apesar de a abordagem sobre o adolescente homossexual estar longe de ser consenso, o combate à homofobia é uma bandeira que o Ministério e as secretarias estaduais de educação tentam encampar”.³⁰

A reflexão sobre o uso da vitimização como estratégia na garantia de direitos de algumas categorias sociais e caminho prioritário escolhido por movimentos sociais é, a meu ver, um aspecto bastante importante para a discussão aqui desenvolvida. Como propõe Sarti ao debater sobre processos sociais e históricos de construção da figura da “vítima”,

²⁸ É importante a reflexão desenvolvida por Petchesky ao afirmar que as campanhas em favor dos direitos humanos das mulheres receberam, em geral, maior atenção quando enfatizaram os piores horrores a que elas estavam submetidas. Tais campanhas capitalizaram a imagem das mulheres como vítimas. Segundo a autora, um problema é que essa construção negativa dos direitos sexuais permeia o discurso geral sobre os direitos humanos. Historicamente, a violação dos direitos humanos sempre recebeu a maior atenção (1999: 26).

²⁹ Um contraponto interessante levantado por Aguião (2018) é que, mesmo com a incidência de críticas que apontem as limitações da vitimização, não é possível ignorar a sua eficácia para justificar a reunião de pessoas em um mesmo grupo que sofre violência motivada por um mesmo tipo de preconceito.

³⁰ Matéria publicada no Correio Braziliense em 24.11.2010. Disponível em: http://www.correio-braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/11/24/interna_brasil,224563/material-didatico-contra-homofobia-mostra-adolescente-que-virou-travesti.shtml [Acesso em junho de 2019].

dentro da problemática do sofrimento associado à violência, a construção da pessoa como vítima no mundo contemporâneo é pensada como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade [...] No que se refere, pelo menos, ao mundo ocidental moderno, a identificação da vítima faz parte dos anseios de democracia e justiça, dentro do problema da consolidação dos direitos civis, sociais e políticos de cidadania (2011: 14).

Nesse sentido, como propõe a autora, a noção de vítima daria inteligibilidade ao sofrimento de categorias sociais específicas e conferiria, assim, “legitimidade moral às suas reivindicações” (2011: 54). A questão que se coloca, contudo, é a de que, ao focar nas ações voltadas à afirmação de direitos de determinados sujeitos colocados em um lugar de vítima, corre-se o risco de uma “cristalização”, como propõe Sarti (2009), “de um lugar definido de antemão como de vulnerabilidade” (: 94).

Em diversas situações, o foco na vitimização se coaduna com discursos e ações que não priorizam uma perspectiva de afirmação de direitos e de valorização da possibilidade de agência dos sujeitos.

No que se refere à articulação entre adolescência e diversidade sexual e de gênero, a vitimização pode ser utilizada como forma de “defesa”, não exigindo posicionamentos explícitos de afirmação dos direitos sexuais e de livre expressão de gênero dos adolescentes. Em contrapartida, o discurso da vitimização também é acionado por aqueles que negam qualquer agência de crianças e adolescentes em relação à sua sexualidade e ao seu gênero e dá corpo às “vítimas da ideologia de gênero”.

Tenho buscado contribuir, a partir de minha trajetória de pesquisa, com a reflexão sobre como diferentes instituições e políticas públicas brasileiras vêm lidando, na sua ação cotidiana, com os experimentos sexuais e de gênero dos adolescentes. E nos últimos anos tenho observado controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. Posicionar-se pela afirmação dos direitos sexuais e dos direitos à livre expressão de gênero de crianças, adolescentes e jovens tem representado sempre um notável desafio, colocado para diversos atores envolvidos nessas polêmicas e nas políticas públicas voltadas a esses sujeitos.

O contexto atual no Brasil exige cautela de todos nós. Mas tem sido bastante intrigante observar nesse momento, o mais difícil da história do Brasil pós-redemocratização, o quanto a sexualidade e as expressões de gênero das crianças e dos adolescentes assumem um papel central no confronto de racionalidades, moralidades e na política, bem como na expressão de projetos de sociedade. São poucas as certezas nesse momento, especialmente nesse campo de atuação. Não obstante, uma pista que pode ser útil é a constatação de que o estímulo às polarizações e às generalizações não é boa companhia.

Em contrapartida aos discursos de religiosos conservadores como instrumento

de reflexão, animei-me ao estabelecer contato com setores cristãos engajados na produção do que eles denominam de “disputas de narrativa”, que rompem com generalizações habituais acerca do campo religioso (Serra, 2019). Tenho acompanhado a crescente mobilização de diferentes setores religiosos que se autodenominam progressistas e têm articulado múltiplas resistências a um discurso hegemônico extremamente conservador.³¹ Sigo cada vez mais convencida de que nossas reflexão e ação articuladas são fundamentais nesse processo.

Enviado: 26/07/2019
Aceito para publicação: 21/08/2019

³¹ Há uma série de articulações e redes de atores religiosos que se fortalecem nesse contexto de extremo conservadorismo no Brasil: Frente Evangélica pelo Estado de Direito; Rede Nacional de Grupos Católicos LGBTI; Católicas pelo Direito de Decidir; Frente Evangélica pela Legalização do Aborto; Evangélicas pela Igualdade de Gênero; Evangélicxs – Juntos pela Diversidade; Movimento Negro Evangélico, entre outros.

Referências bibliográficas

- AGUIÃO, Silvia. 2018. *Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBTI” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Eduerj.
- ALMEIDA, Ronaldo de. 2017. “A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo”. *Cadernos Pagu*, Campinas. N° 50.
- ALMEIDA, Ronaldo de & TONIOL, Rodrigo (orgs.). 2018. *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- AMAYA, José Fernando Serrano. 2017. “La tormenta perfecta: Ideología de género y articulación de públicos”. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro. N° 27, p. 149-171.
- BIROLI, Flavia. 2018. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- BOBBIO, Norberto. 1992. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus.
- BRASIL. 2004. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual, Brasília.
- BROWN, Wendy. 2006. “American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization”. *Political Theory*. Vol. 34, N° 6, p. 690-714.
- CARRARA, Sérgio. 2010. “Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo”. *Revista Bagoas*. N° 5. Natal: UFRN.
- CARRARA, Sérgio. 2012. “Discrimination, policies, and sexual rights in Brazil”. *Cadernos de Saúde Pública* (ENSP, Impresso). Vol. 28, p. 184-189.
- CARRARA, Sérgio. 2015. “Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo”. *Mana*. N° 21 (2), p. 323-345.
- CARRARA, Sérgio & VIANNA, Adriana de Resende B. 2008. “Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da ‘Constituição Cidadã’”. In: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo & BRANDÃO, Gildo Marçal (orgs.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec.
- CORNEJO-VALLE, Mónica & PICHARDO, J. Ignacio. 2017. “La ‘ideología de género’ frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español”. *Cadernos Pagu*, Campinas. N° 50, 2017.
- CORRÊA, Sonia. 2009. “O percurso global dos direitos sexuais: entre ‘margens’ e ‘centros’”. *Bagoas: revista de estudos gays*. Vol. 3, n° 4, p. 17-42, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Natal: EDUFRN.
- CORRÊA, Sonia. 2018a. “A ‘política do gênero’: um comentário genealógico”. *Cadernos Pagu*. N° 53.
- CORRÊA, Sonia. 2018b. “Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita?”. *Sexuality Policy Watch* (post-scriptum fev. 2019).

- CORRÊA, Sonia; PATERNOTTE, David & KUHAR, Roman. 2018. “A globalização das campanhas antigênero”. *Sexuality Policy Watch*.
- FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo & PILON, Ana Claudia. 2013. “Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões”. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza. Vol. 44, nº 1, p. 161-193, UFC/Departamento de Ciências Sociais.
- JUNQUEIRA, Rogério. 2017. “‘Ideologia de gênero’: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma ‘ameaça à família natural’?”. In: RIBEIRO, Paula R. C. & MAGALHÃES, JOANALIRA C. (orgs.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande, RS: Ed. da FURG. p. 25-52.
- KUHAR, Roman & PATERNOTTE, David (orgs.). 2017. *Anti-Gender Campaigns in Europe. Mobilizing against Equality*. Brussels: Rowan & Littlefield.
- LEITE, Vanessa. 2013. *Sexualidade adolescente como direito? A visão de formuladores de políticas públicas*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- LEITE, Vanessa. 2014. “*Impróprio para menores?*”? *Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas*. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- LEITE, Vanessa. 2018. “A política de educação no cenário recente da política sexual brasileira: venturas e desventuras dos ‘adolescentes LGBTI’ na relação com a escola”. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. Martins de & OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (orgs.). *Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo*. 1ª ed. Recife: Editora UFPE.
- LOWENKRON, Laura. 2015. *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- MIGUEL, Luis Felipe. 2016. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro. Vol. 7, nº 15, p. 590-621.
- MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flavia (orgs.). 2017. *Encruzilhadas da democracia*. Porto Alegre (RS): Zouk, 2017.
- MISKOLCI, Richard & CAMPANA, Maximiliano. 2017. “‘Ideologia de gênero’: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo”. *Revista Sociedade e Estado*. Vol. 32, nº 3.
- PETCHESKY, Rosalind Pollack. 1999. “Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional”. In: BARBOSA, Regina Maria & PARKER, Richard (orgs.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- PINHEIRO, Ângela. 2006. *Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade*. Fortaleza: Editora UFC.
- RODRIGUES, Julian & FACCHINI, Regina. 2018. “‘Ideologia de gênero’, atores e direitos em disputa: uma análise sobre o processo de aprovação do Plano Nacional de Educação (2013-2015)”. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A. R.

- Martins de & OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (orgs.). *Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo*. 1ª ed. Recife: Editora UFPE.
- RUBIN, Gayle. 1998. "Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality". In: NARDI, P.M. & SCHNEIDER, B.E. (eds.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York: Routledge.
- SARTI, Cyntia. 2009. "Corpo, violência e saúde: a produção da vítima". *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*. N° 1.
- SARTI, Cyntia. 2011. "A vítima como figura contemporânea". *Caderno CRH*, Salvador. Vol. 24, n° 61.
- SERRA, Cris. 2019. *Vimos pra comungar: os grupos católicos LGBTI brasileiros e suas estratégias de permanência na Igreja*. Rio de Janeiro: Metanoia.
- SERRANO, Fernando. 2017. "La tormenta perfecta: Ideología de género y articulación de públicos". *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro. N° 27, p. 149-171.
- VIVEROS, Mara & RONDON, Manuel Alejandro Rodríguez. 2017. "Hacer y deshacer la ideología de género". *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro. N° 27, p.118-127.
- WEEKS, Jeffrey. 1981. *Sex, Politics and Society: The regulation of sexuality since 1800*. Londres e New York: Longman.